

Brasília prepara-se para a realidade da explosão demográfica dos anos 2.000

E como será Brasília daqui a 20 anos?

Essa indagação vem sendo feita por diversos segmentos da população brasiliense, todos preocupados com os problemas de infra-estrutura básica, saneamento, abastecimento, segurança, desemprego e uma provável explosão demográfica que muitos acreditam vir a ameaçar essa capital no seu plano urbanístico, na sua função governamental e no bem-estar dos seus habitantes se mantendo o ritmo de crescimento atual da cidade.

O Governo do Distrito Federal, contudo, assegura que o crescimento vegetativo da população local não difere das demais metrópoles brasileiras, devendo, no entanto, grande parte das ações governamentais ser canalizada na contenção do fluxo migratório que para aqui demanda, com desenvolvimento integral da região geoeconómica.

Alguns representantes classistas também vêm no aproveitamento do potencial agrícola e pecuário dos municípios periféricos a Brasília, como na instalação de indústrias nessas áreas, a única capaz de preservar a cidade em todos os aspectos e evitar o caos do superpovoamento.

Por outro lado, tanto os titulares do Governo do Distrito Federal como representantes de alguns setores da comunidade brasiliense acreditam que a cidade não pode pensar em se expandir enquanto não se dotar os núcleos residenciais existentes de uma melhor infra-estrutura. Evitaram eles, contudo, emitir opiniões mais profundas em torno dos problemas e da situação de Brasília no ano 2000, muitos achando essa uma tarefa para futuros logos.

Alguns, entretanto, preferiram falar do setor em que atuam e fazer algumas previsões dentro da área em que trabalham:

No setor de abastecimento, informou o superintendente da Companhia de Água e Esgoto de Brasília, Arnaldo Rabelo, ser inevitável a opção de uma outra reserva de água para abastecer Brasília dentro de 10 anos. Segundo ele, a barragem do rio Descoberto e de outros mananciais que hoje servem a cidade são suficientes apenas para uma população de dois milhões de habitantes, "e dentro de 10 anos deverá ser ativado o sistema de abastecimento do Lago São Bartolomeu, situado nas imediações de Planaltina e previsto para atender, juntamente com o Descoberto, a uma população de quatro milhões de habitantes".

Para o secretário de Viação e Obras do Governo do Distrito Federal, a quem está subordinado o Departamento de Arquitetura e Urbanismo do GDF, a sua companhia imobiliária (Terracap) e a companhia de urbanização (Novacap), "o trabalho hoje desenvolvido por esses órgãos terá profundos reflexos no que virá ser Brasília nos próximos anos". Segundo José Carlos Mello, é muito difícil prever o comportamento das cidades num prazo superior a 10 anos quando essas se localizam num país de crescimento populacional acelerado como o Brasil com acentuados desniveis regionais provocando correntes migratórias. No entanto, frisou ele, que esse fato não impede que se imagine Brasília num futuro próximo.

O desenvolvimento urbano do Distrito Federal tem suas linhas básicas estabelecidas pelo Plano Estrutural de Ocupação Territorial, de acordo com explicações do secretário de Viação e Obras.

Esse Plano — disse ele — prevê a possibilidade de serem criados assentamentos adicionais aos atualmente existentes, capazes de acomodar uma população de mais um milhão de habitantes, ao longo do eixo Taguatinga-Gama. Frisou ele, contudo, que seria evitado o surgimento de uma enorme cidade linear por ser indesejável do ponto de vista urbanístico. No entanto, argumentou José Carlos Mello que esses assentamentos permitiriam a obtenção de certas economias de escala com relação aos sistemas urbanos básicos, principalmente no setor de transporte que ele acredita ser desfavorecido pela atual configuração espacial do Plano Piloto e das cidades satélites.

O Plano Estrutural de Ocupação Territorial do Distrito Federal foi concluído em 1977 por técnicos do GDF e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Constitui portanto, salientou o titular da SVO, o documento básico para orientar a expansão territorial de Brasília até que seja atingida uma população de dois milhões de habitantes. Depois de ultrapassado esse número, naturalmente novos planos deverão surgir, como frisou José Carlos Mello. Entretanto, demonstrou ele não estar muito preocupado com o que se diz de explosão demográfica em Brasília. Segundo José Carlos Mello, com exceção da Ceilândia que apresentou de 1979 para 1980 um crescimento populacional em torno de 50% (decorrente da entrega de 15.400 casas pela SHS), todas as demais cidades satélites e o Plano Piloto vem apresentando índices de crescimento de 3 a 5 por cento ao ano. Além do mais — frisa ele — é bastante grande a disponibilidade de terrenos ociosos no Plano Piloto. Basta dizer que ainda existem 10 superquadras a serem construídas, sendo que a ocupação do Plano Piloto está em torno de 60%. Quanto à ocupação dos terrenos do lago — continuou — existem quadras no Lago Sul que não tem ainda nem 4% de sua área total edificada, quando no Lago Norte os espaços estão quase vazios.

Com relação ao setor de Mansões Park Way (MSPW), para os quais as empresas imobiliárias vem reivindicando uma divisão dos terrenos tidos por elas como "minifundiários ociosos", explicou José Carlos Mello que esse caso não foi objeto de nenhum estudo por parte do GDF.

INFRA-ESTRUTURA

O Governo do Distrito Federal, segundo Carlos Mello, vem concentrando esforços na urbanização das áreas já existentes e ainda carentes de infra-estrutura. "Como não há problema de terra em Brasília" — disse ele — "não há porque criar novas áreas carentes de infra-estrutura urbana sem ter atendido às existentes, sendo que o GDF não está interessado, no momento, em fomentar a criação de novos lotamentos. Caso contrário — continuou — jamais será eliminada essa defasagem entre a oferta e a demanda, quando permanecem inadequados os serviços comunitários".

Brasília é um patrimônio urbanístico da humanidade — ressaltou José Carlos Mello — e o governo Lamaison está interessado em preservá-lo.

MIGRAÇÃO

Acredita o secretário de Viação e Obras, como também outros secretários de governo, que a pressão demográfica sobre Brasília poderá vir a cair nos próximos anos com o desenvolvimento da região geoeconómica.

Segundo ele, deverão ser criadas condições de absorção de mão-de-obra nessa região, "o que vem sendo materializado pela construção da rodovia Brasília-Umaí pelo desenvolvimento do plano diretor de estradas vicinais e pela intenção de pavimentar a rodovia Brasília-Padre Bernardo".

Com isso — salientou Mello — os principais pólos de desenvolvimento da região geoeconómica terão eliminados o principal entrave no aproveitamento pleno de seu potencial para a produção primária, que é o conjunto de deficiências que o atual sistema viário da região apresenta, impedindo que a produção agrícola atinja o mercado. Além dessas medidas, o plano de desenvolvimento da região geoeconómica prevê, com a ajuda dos governos de Goiás e Minas Gerais, dotar todos os municípios periféricos a Brasília de um sistema educacional adequado, melhor atendimento médico, fomentar o desenvolvimento industrial e a expansão agrícola, segundo dados da secretaria de Governo.

COMÉRCIO

Depois de ressaltar a importância do desenvolvimento da região geoeconómica para qualquer tentativa de se pensar Brasília nos próximos anos, frisou o presidente da Associação Comercial que dentro desse pensamento, toda a ação do governo seria reforçada através da expansão da Amazônia Legal, projeto

autoria do senador Lázaro Barbosa em tramitação no Congresso Nacional.

Para Lindberg Aziz Cury, essa é uma das maneiras mais práticas na solução dos graves problemas que ameaçam o bem-estar da população brasiliense. "Outra solução" — disse ele — "seria a criação de um Banco de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, trabalhando em conjunto com a SUDECO para fomentar as indústrias na periferia de Brasília.

Por outro lado, o presidente da ACDF diz não temer qualquer alteração no Plano Piloto de Brasília em razão de uma maior pressão demográfica sobre o DF. Segundo ele, ainda existem muitos espaços vazios espalhados por Brasília que deverão ser preenchidos, no futuro, com um atendimento adequado por parte do Governo do Distrito Federal.

No tocante ao problema de uma provável queda significativa de oferta de empregos em Brasília, na qual fala alguns empresários brasilienses, argumentou Aziz Cury que a política trabalhista — adotada no país vem fazendo com que haja desempregos. Segundo ele, a luta dos empregados por melhores salários faz com que as empresas restrinjam o seu quadro de pessoal, "mas acredito que para a mão-de-obra qualificada não falta emprego em Brasília", pensou ele.

Quanto ao futuro comercial de Brasília, o dirigente da ACDF vê a cidade a caminho dos grandes centros mais desenvolvidos, servida por hipermercados e gigantes shopping centers.

CONSTRUÇÃO CIVIL

O presidente do Sindicato dos trabalhadores na Construção Civil, setor que mais absorve mão-de-obra em Brasília,

acredita que daqui a 20 anos Brasília terá uma vida normal, "a exemplo de outras cidades planejadas". No entanto, lembrou ele que ainda existe a alternativa por parte do governo federal de fazer de Brasília uma cidade como Washington, apenas um centro administrativo, evacuando grande parte de sua população para a periferia. Contudo, José Sérvio acredita ser essa uma possibilidade bastante remota: "pois o que vai ocorrer é que a cidade acabará por ter vida própria".

De acordo com José Sérvio, a desaceleração das obras no setor de construção civil de Brasília já era esperada, frisou ele que muito ainda tem que ser feito, sendo que, por esse motivo, as obras de construção jamais serão paralisadas, podendo apenas sofrer um decréscimo de 30 a 40 por cento", adiantou.

— O que será Brasília daqui

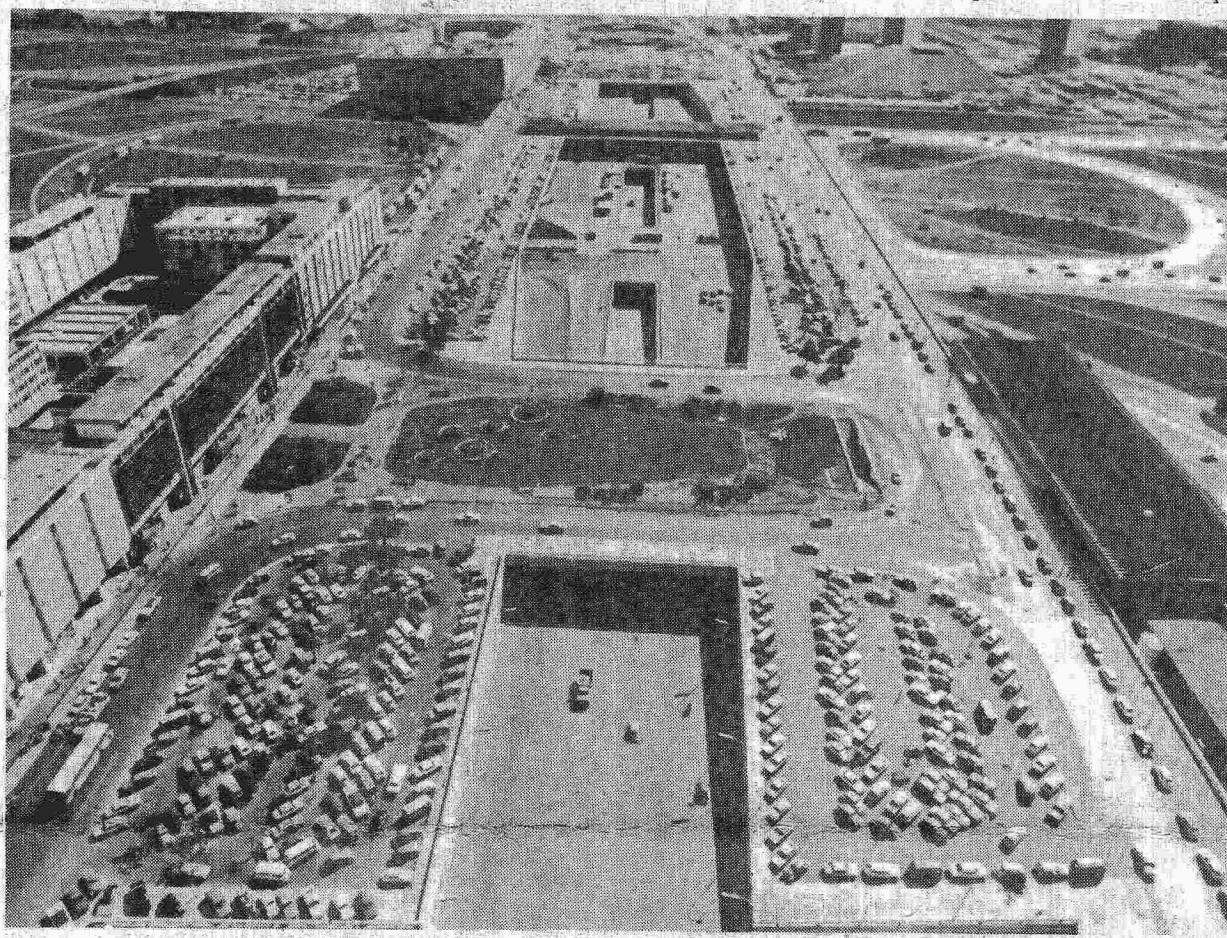
a 20 anos — explicou o dirigente sindical — dependerá muito do que o governo vem fazendo por ela no momento. No setor de construção civil — continuou — temos hoje desempregados cerca de oito mil pessoas, quando acredito que o que resta para fazer na cidade dará empregos por mais 50 anos.

Brasília agora deve ser consolidada como uma cidade adulta, cujo crescimento em termos empresariais e socioeconómicos não terão limites, por ser Brasília a capital da república e o polo de integração e de desenvolvimento nacional, disse o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil, Wayne Farias.

Para ele, Brasília, no momento, não pode pensar em crescer enquanto não tiver consolidado o que foi iniciado, principalmente no setor de infra-estrutura, depois então, frisou ele, a cidade poderá pensar em se expandir, corrigindo as falhas hoje existentes.

Caso não haja um acompanhamento contínuo do processo de crescimento de Brasília por parte do GDF, todo o plano urbanístico da cidade virá a ser comprometido. A opinião é do presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção DF, Marco Antônio. Segundo ele, esse acompanhamento poderia ser feito até mesmo pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) desde que ele se dotasse de características mais técnicas. A seu ver, o PEOT está bem organizado, e a ação do CAU poderia nele se centrar, "enquanto a população de Brasília não ultrapassar a casa dos dois milhões de habitantes".

Por outro lado, acredita o titular do IAB/DF que outras medidas paralelas terão que ser tomadas de imediato, dentre elas o integral desenvolvimento da região geoeconómica do Distrito Federal, para que Brasília chegue ao ano 2000 com problemas bem menores do que hoje enfrentam os grandes centros.



O problema de estacionamento e tráfego hoje, em Brasília, já é sério e, inevitavelmente, será agravado com o passar dos anos, exigindo uma rápida ação dos planejadores do Governo, para que a Capital não se congestione por completo, daqui a 20 anos.